

sociedade

O lado oculto da banca

Sexto maior grupo financeiro privado do país aparece em inquérito policial em Campinas, associado a ações suspeitas de investigador particular. Jeferson Fiuza estava a serviço do Safra ao ser preso em flagrante, com armas e munições, após seguir funcionário de empresa que briga na Justiça contra o banco

Eduardo Militão

LUCAS CHICONI



Um carregamento de balas, algema, revólver calibre 38, faca de 25 centímetros, uma barra de ferro de 60 centímetros, uma perseguição, uma acusação de ameaça e até um fantasioso "fetiche sexual". O que isso tem a ver com a briga judicial entre o banco de um dos homens mais ricos do Brasil e ex-clientes que questionam suas dívidas nos tribunais?

Pois esse é o mais novo capítulo da disputa entre o Banco Safra, do bilionário Joseph Safra, e os lojistas da família Gobbo, das lojas de calçados Boot Co. (pronuncia-se "bút-co") em Campinas (SP). Anos atrás, os comerciantes contrataram empréstimos lastreados nas vendas feitas com cartão de crédito, mas os contratos eram feitos em branco, como admitiu o Safra ao Banco Central depois da intervenção de deputados federais no caso. Na Justiça, os Gobbo acusam a instituição bancária de usar os papéis em branco para elevar os juros além do combinado. No processo judicial, declaração registrada em cartório de uma ex-gerente do Safra afirma que mais clientes tinham contratos assinados em branco e que, no caso da Boot Co., foi feita uma fraude para aumentar as taxas acertadas. Uma perita judicial já deu parecer favorável aos lojistas, mas foi contraposta por um especialista contratado pelos banqueiros.

Tudo corria mais ou menos civilizadamente até o final do ano passado. Ai, a Polícia Militar de Campinas prendeu naquela cidade Jeferson Fiuza de Moraes. Era novembro. Fiuza e Cassiano Ferreira dos Santos, ambos moradores de São Paulo, perseguiam o carro do estoquista Airtton de Campos, funcionário dos Gobbo, que chamou a polícia. Ao abordá-los, a PM encontrou outro carro estacionado ao lado de uma agência do Safra em Campinas. Dentro do veículo, havia um conjunto de armas brancas e de fogo.

Diz o boletim de ocorrência do inquérito 289/2012 que se tratava de uma pistola calibre 38 com 172 cartuchos íntegros, mais 500 espoletas para esse tipo de arma, uma faca com lâmina de 25 centímetros, uma algema e uma barra de ferro de 60 centímetros. Era a segunda vez em menos de seis meses que o dono do arsenal era preso em flagrante. Fiuza, de 28 anos, tinha sido indiciado em junho por duplo homicídio de assaltantes em São Paulo, situação na qual ele alega ter agido em legítima defesa.

Questionado pelo policial militar, Fiuza disse trabalhar "informalmente" para o Banco Safra. Em depoimento na delegacia, negou. Mas, dias depois, o próprio banco admitiu ter contratado empresa para fazer uma "investigação particular" na cidade e que Fiuza trabalhava com esse objetivo.

Ao negar a relação com o banco, Fiuza deve ter feito os policiais do 1º Distrito Policial rirem. Ele disse que a faca de 25 centímetros era para "descascar laranja" e que a barra de ferro era para ajudar a chape-de-roda em caso de pneu furado. E as algemas? "O par de algemas é porque possuo fetiche sexual", redigiu o escrivão após ouvir Fiuza. Como tinha registro das armas de fogo, pagou R\$ 1,4 mil de fiança e foi solto. O Ministério Público solicitou, e ainda não recebeu de Fiuza, a comprovação de que possuía autorização para transportar a pistola e as munições.

Panfletos da discórdia

Em 10 de dezembro, o banco Safra enviou uma representação criminal contra Carlos Augusto Gobbo, que coordena as ações judiciais da família contra a instituição. Nela, afirma ter percebido que, em agosto passado, panfletos "difamatórios" contra o banco eram arremessados de janelas de carros nas proximidades

das agências na Avenida Paulista, em São Paulo, e também nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Barueri e Piracicaba. O material noticia o andamento das ações judiciais e pedia para o leitor conhecer o blog *Safraude* (safraude.blogspot.com), criado por Guto um mês antes, em julho. O site na internet compila reportagens e documentos sobre o Safra e a briga com a Boot Co. na Justiça, na polícia, no Banco Central e até na Câmara dos Deputados.

"A instituição vem sendo vítima de campanha difamatória", diz o banco na representação criminal. "A campanha anônima vem causando prejuízos e constrangimentos ao nome empresarial", afirma o Safra no documento, em poder do delegado Carlos Alvarenga, do 13º DP, conhecedor do caso.

"Impotente diante da situação, já que impossível identificar os responsáveis pelo lançamento dos panfletos nas vias públicas, o banco empreendeu investigação particular por meio da empresa Unit Consult", admite o Safra. De acordo com os banqueiros, Fiuza estava no último dia 19 de novembro em Campinas apurando isso, quando encontrou um Fiat Fiorino branco arremessando panfletos "difamatórios" perto de uma agência no bairro do Cambuí. Dai, ele e o motorista Cassiano Ferreira começaram a perseguir o Fiorino até observarem o estoquista Airtton de Campos estacionar em frente às lojas Boot Co. Ali, conforme o Safra, ele entregou a sacola de panfletos a uma mulher. Depois disso, vendo-se perseguido, o estoquista acionou a Polícia Militar. Fiuza foi preso horas depois.

A representação criminal pede para Guto, Cristina Gobbo e Airtton de Campos responderem a inquérito por difamação. Nenhuma linha sobre as armas e munições encontradas com o homem que fazia "investigação particular" para o Safra.



Jeferson Fiuza, o carro que ele dirigia ao ser preso em flagrante e os objetos apreendidos pela polícia. Fiuza também responde a acusação de duplo homicídio

Guto disse à **Revista Congresso em Foco** que considera o episódio uma forma de "ameaça" à família em razão da batalha contra o banco nos tribunais. "Tentar investigar com porrete e bala não é correto. Tem muito escritório de advocacia sério aí", critica o comerciante.

O lojista nega ter confeccionado os panfletos com referências ao seu próprio blog. Diz que, depois da criação do site, os familiares foram "surpreendidos" com mensagem de e-mail mostrando panfletos contra o banco jogados em frente à Avenida Paulista, o que foi considerado por eles um "ato de coragem". Entretanto, eles não sabem informar o nome do corajoso panfletador porque, segundo Guto, a pessoa não responde os e-mails. "Sensibilizou-se com a nossa causa e panfletou alguns bancos", resumiu.

Os Gobbo x Banco Safra

As lojas Boot Co., que acumulam uma história de 70 anos, tornaram-se clientes do Safra em 2003, depois de uma proposta interessante da gerência, o "crédito fumaça". Sempre que um cliente comprasse sapatos com cartão de crédito de maneira parcelada, a família Gobbo não precisaria esperar a administradora de cartões depositar cada prestação paga pelo consumidor.

Poderia receber do banco o dinheiro antecipado, pagando uma taxa de juros que girava entre 2% e 2,5% ao mês. Para cada grupo de vendas, os contratos eram assinados em branco na base da confiança. Acima deles, a gerência apenas anotava com lápis o valor emprestado e a taxa de juros. Os papéis voltavam preenchidos.

Depois, acabou a transparência. E as dívidas só aumentavam. Sem crédito e com o nome sujo, os Gobbo transformaram as lojas em franquias. E foram aos tribunais questionar as dívidas.



O comerciante Guto Gobbo e sua família brigam na Justiça contra o Banco Safra, a quem acusam de fraudar documentos e cobrar juros muito superiores aos contratados. "Agora, querem nos investigar na base de porrete e bala", diz ele

O Safra admitiu a Justiça e ao Banco Central que fazia contratos em branco com os Gobbo, mas a ex-gerente Denise Artem informou no processo que mais clientes mantinham empréstimos baseados em papéis em branco. Segundo ela, em fevereiro de 2008, em meio à disputa judicial com a Boot Co., a agência de Campinas forjou o preenchimento de contratos antes em branco com canetas de ponta porosa compradas especialmente para isso. As taxas anotadas, contou, eram "o dobro" do combinado anteriormente com os Gobbo. Os advogados do Safra disseram à Justiça que Denise é "inimiga" da instituição.

O BC considerou "procedente" a denúncia dos contratos em branco, mas não puniu o Safra por considerá-la "um caso isolado".

A perita Marlene Braz, nomeada pela 3ª Vara Cível de Campinas, disse que a família Gobbo nada deve ao banco e, possivelmente, tem até dinheiro a receber de volta. O banco contratou um especialista que ofereceu parecer contrário, de que as taxas de juros cobradas eram condizentes com o padrão do mercado financeiro. A Justiça ainda vai bater o martelo sobre o caso, que acumula 16 processos. Somente um deles, em andamento na 3ª Vara, tem mais de 3,5 mil páginas.



A loja em frente à qual os detetives do Safra disseram ter visto um funcionário da Boot Co. se desfazer de "panfletos difamatórios"

Nada a declarar

O Banco Safra foi procurado, mas não retornou os pedidos de esclarecimentos, assim como a empresa Unit Consult e Cassiano Ferreira. Fiuza não foi localizado nos telefones que ele próprio informou à polícia.

Em junho de 2012, Fiuza foi preso após matar dois assaltantes, um de 25 anos e um adolescente de 17 anos, que o fizeram refém em sua loja de informática. O delegado Altamiro Galdino, do 98º DP de São Paulo, afirmou não ser possível considerar o episódio como um ato de legítima defesa. O funcionário "informal" do Safra deu três tiros em um bandido e cinco em outro, apesar de os criminosos terem disparado apenas uma vez. "Só o maior estava armado, com uma munição só. O adolescente, que não estava armado, morreu com um tiro nas costas", relatou Galdino à **Revista Congresso em Foco**.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: 01º D.F. CAMPINAS
Boletim No.: 14976/2012 INICIADO:19/11/2012 19:48hs e EMITIDO:19/11/2012 22:09hs
2ª Via JRLWFCBDFEJP_

sua propriedade. Com relação às munições, ele disse que possui arma registrada no exército e pertence a um clube de tiro e, dessa forma, possui permissão para possuir munição em casa, bem como utilizá-la no clube de tiro. Ocorre que o indiciado se esqueceu de retirá-las do veículo e veio para a cidade de Campinas, visto sobre o que estaria fazendo na cidade de Campinas, visto Banco Safra e que veio para esta cidade de Campinas a fim de encontrar uma suposta pessoa que estaria distribuindo panfletos difamatórios contra o referido Banco e então perseguiu Ailton, pois estava fazendo uma "investigação" para o Banco Safra. Ressalta o policial que a testemunha Ailton em momento algum foi abordada pelo indiciado, nem como também não chegou a ser ameaçada pelo mesmo. Foi apenas perseguida.

ANA PAULA FABBRO
ESCRIVÃ DE POLÍCIA

RONALDO AFFONSO MANFREDINI SOB
DELEGADO DE POLÍCIA

CÓPIA

Banco Safra administra mais de R\$ 100 bilhões

O ranking da Bloomberg aponta Joseph Safra como o terceiro homem mais rico do Brasil e dono da 87ª maior fortuna do planeta. Seu patrimônio, avaliado em R\$ 24 bilhões, vem de longe, tanto no tempo quanto na geografia. O principal acionista do Banco Safra é filho de uma tradicional família de banqueiros judeus de Aleppo, na Síria. De lá, o patriarca, Jacob Safra, expandiu os negócios para o resto do Oriente Médio, para Europa, Estados Unidos, América Latina e

Brasil. Até nas Ilhas Cayman, paraíso fiscal do Caribe, existe uma subsidiária do Safra.

No Brasil, o conglomerado administra mais de R\$ 100 bilhões em dinheiro de terceiros, segundo o último balanço da instituição. O Safra divulga com indisfarçável orgulho o fato de operar com 18 moedas estrangeiras. A atividade de câmbio já era uma marca dos negócios da família em Aleppo, hoje base dos rebeldes na Síria contra o governo de Bashar al-Assad.

Atualmente, o Safra é o oitavo maior banco do país e a sexta maior instituição bancária privada, segundo o último ranking divulgado pelo Banco Central. Os ativos totais somavam R\$ 88 bilhões. Mas o último balanço do Safra mostra que eles já cresceram quase 30% no ano passado, chegando a R\$ 111 bilhões. No ranking do BC, os primeiros lugares são do Banco do Brasil, com R\$ 837 bilhões, do Itaú (R\$ 802 bilhões), e do Bradesco (R\$ 735 bilhões).



Principal acionista do Banco Safra e um dos homens mais ricos do país, Joseph tem patrimônio pessoal avaliado pela Bloomberg em US\$ 12 bilhões

Casa própria e espionagem



Renê pediu demissão do Safra após questionar o banco por cometer abusos na cobrança de juros de contratos habitacionais

A família Gobbo não está sozinha nas acusações que faz ao Safra de espionagem e cobrança abusiva de juros. Um ex-funcionário do banco afirma que, nos anos 1970, quem atrasava as prestações da casa própria devidas ao Safra pagava dez vezes mais pelos juros de mora. Em vez de 1%, eram 10%.

Quase ninguém percebia, garante Renê Roldan, que já foi o chefe do Departamento Administrativo do Safra Crédito Imobiliário. Ele conta que, ao alertar seu superior hierárquico sobre a ilegalidade daquela prática, ouviu: "Aquele que reclamar, paga-se com o dinheiro daquele que não reclamou", teria ouvido, quando foi dizer à chefia que aquela prática era ilegal. Segundo Renê, a diretoria de crédito imobiliário agia com o pleno conhecimento e o aval do dono do banco, Joseph Safra.

Depois de reclamar, Renê acabou transferido para outro setor. Militante da Igreja Católica

nos tempos da repressão, ele se recorda hoje, aos 65 anos, do dia em que cansou de tudo e pediu demissão do banco, onde trabalhou quase duas décadas. E acredita ter sido espiado, assim como os Gobbo de Campinas.

Era 1986. O diretor de recursos humanos folheava um relatório enquanto descrevia para Renê todas as atividades particulares que ele exercia, incluindo a sua militância na Igreja Católica e nos movimentos sociais, as visitas a favelas e sua admiração pela teologia da Libertação. "Ele falava comigo como se me conhecesse a fundo. No meio de tantos funcionários do Safra, ele tinha essa informação precisa sobre mim", disse.

O Banco Safra não quis comentar o depoimento prestado por Renê Roldan.

Veja a íntegra dos documentos desta reportagem em:
congressoemfoco.uol.com.br/revista



congresso em foco

Os 130 mil empregos mais cobçados do país

Os desafios dos novos perfis

sociedade

O lado oculto da banca

Saiba maior grupo financeiro privado do país, a banca em aquisição pública em campanha associada a ações sindicais e investigador particular. A banca estava a serviço do Safr



...a banca em aquisição pública em campanha associada a ações sindicais e investigador particular. A banca estava a serviço do Safr

